

# O distanciamento é uma ilusão: notas sobre a atualidade da questão agrária

Rafael Rossi\*

Malditas sejam  
Todas as cercas!  
Maldita todas as  
propriedades privadas  
que nos privam  
de viver e de amar!  
Malditas sejam todas as leis,  
amanhadas por poucas mãos  
para ampararem cercas e bois  
e fazer da terra, escrava  
e escravos os humanos!

*Dom Pedro Casaldáliga*

Não são poucos os teóricos que abordaram de modo contundente e enfático o mito da neutralidade, explicando-o em suas raízes políticas, culturais e sociológicas, em especial, no tocante às discussões inerentes à questão agrária brasileira na atualidade. É justamente mito, pois não passa de uma vontade, um querer ser imparcial, porém que não encontra respaldo em qualquer atitude e relação social nas condições materiais e concretas. Mesmo que jornais, programas televisivos, debates na internet, enfim, mesmo que qualquer meio de comunicação ou indivíduo almeje com todas as suas forças um posicionamento neutro, na melhor das hipóteses estará dando visibilidade ao discurso ou prática de menor interesse às classes dominantes, por exemplo. É nesse sentido que o presente texto se insere, na explicitação da potencialidade analítica e de intervenção do materialismo histórico e dialético na questão agrária, pelas categorias de que se utiliza e instiga a reflexão e mobilização.

A arte de duvidar, questionar, problematizar é de extrema importância e relevância social/política neste aspecto. Contudo, duvidar de uma situação global de desigualdades e exploração é, no mínimo, ingenuidade sem consciência histórica. A grande “sacada” da ideologia capitalista é inverter a lógica de pro-

---

\* Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS em Campo Grande – MS. [r.rossi@ufms.br](mailto:r.rossi@ufms.br)

dução da riqueza socialmente produzida, isto é, colocar os louros dos avanços técnicos, científicos, artísticos, tecnológicos e culturais apenas na lógica de expansão mercadológica e não do trabalho de uma classe social específica: a classe trabalhadora.

A ingenuidade do pensamento idealista, que não percebe nas diversas realizações a atuação intencional de homens e mulheres, não possui consciência histórica, pois está presa no imediatismo reformista do *ter*, ou melhor, do *ser* em função do *ter*. A especulação e privatização dos diversos e múltiplos setores da vida acabam por produzir uma consciência que não possui as bases para se encarar como sujeito histórico, apenas sujeito determinado (e determinado aqui está no sentido mecanicista!).

Na sociedade capitalista as desigualdades sociais são marcas relacionadas à estrutura desse modo de produção, em face, dentre outros elementos, da contradição entre capital e trabalho e da produção de mercadorias com base na apropriação privada de trabalho excedente, pois:

A teoria da mais-valia de Marx implica o fato de que o antagonismo das classes é o conteúdo da própria lógica do regime capitalista de produção e que a superação de suas contradições só pode ser alcançada com a sua destruição, com a radical transformação da maneira em que a sociedade está organizada (carcanholo, 2011, p. 79).

Exemplo da desigualdade em prol da especulação e do lucro é o fato de que das 130,5 mil grandes propriedades rurais no Brasil, 69,2 mil são improdutivas, o que corresponde a 53%. Estas, por sua vez, detêm 228,5 milhões de hectares, sendo, dessa forma, duas vezes maior do que todo conjunto de áreas indígenas do país, que gira em torno de 112 milhões de hectares. Assim sendo, se considerarmos o total da população indígena, teremos 818 mil indivíduos que, em vários episódios, foram acusados de “invasores de terras”; contudo, eles ocupam 137 hectares *per capita*, enquanto cada latifundiário que possui sua propriedade improdutiva ocupa 3.300 hectares<sup>1</sup>.

Precisamos lembrar que, como nos esclarece Stedile (2012), o termo “questão agrária” é utilizado como elemento nos estudos e investigações que se pre dispõem a compreender a origem dos problemas das sociedades relacionados ao uso, posse e propriedade da terra, dependendo da ênfase aos diversos e múltiplos aspectos da realidade agrária. Na Literatura Política, a ênfase se deu nas desigualdades de concentração da propriedade da terra e nas forças produtivas na relação com o poder econômico e político dominante. Já na Sociologia, a questão

<sup>1</sup> Para dados, ver Gerson Teixeira. Das 130,5 mil grandes propriedades rurais 69,2 mil são improdutivas. 2014. MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/16664>>. Acessado em outubro de 2014

agrária foca nas relações sociais de produção, sendo que, na Geografia, a maneira como as pessoas e os grupos se territorializam e se apropriam da organização agrícola é a temática em discussão numa reflexão entre as diferentes escalas que interferem nesse movimento. A História ajuda a explicar a evolução da luta política e de classes sobre o controle dos territórios agrícolas (Stedile, 2005). Na área da Educação defendemos uma perspectiva que consiga associar e vincular a questão pedagógica que surge do movimento dos trabalhadores camponeses em suas lutas populares e a histórica desigualdade no contexto agrário, em um posicionamento que entende a liberdade e o respeito como elementos chave para a emancipação de populações camponesas excluídas e, em vários episódios, expropriadas da própria vida.

Nossa discussão também se aproxima do entendimento de Thomaz (2011), pois este autor compreende que a questão da terra, no caso brasileiro, se conforma em elemento estrutural da estrutura de poder. É no interior desse processo que é possível serem explicitadas as lutas de classes e os conteúdos estratégicos para o campo, no tocante ao poder, produção, distribuição, circulação e consumo de toda a base produtiva agrária. O amplo estudo de Felício (2011) ajuda a compreender como a questão agrária guarda novos e velhos elementos oriundos do entrosamento de conflitos e subalternidade entre capital e campesinato. Entre os elementos velhos estão os processos de subalternidade, integração, resistência e destruição do campesinato. Já entre os elementos novos estão presentes as interpretações e as recriações do camponês, seja se metamorfoseando em agricultor familiar seja pela sua recampesinização. Assim, é sobre a relação com os exploradores, com os dominantes, que precisamos refletir, justamente para perceber o papel da mobilização e da luta de classes em nossos dias de ampla territorialização do capital nos espaços cotidianos do movimento de recriação do camponês e, inclusive, com fortes repercussões sobre suas práticas educativas.

E o avanço do capitalismo com sua desigualdade e lógica expansionista também vem introduzindo sensíveis mudanças no espaço agrário. Uma delas é a intensificação do uso de agrotóxicos e transgênicos e esse é um mercado monopolizado pelas empresas Basf, Monsanto, Bayer, Syngenta, Dow e Dupont que, em 2010, obtiveram 67% de participação no mercado mundial de agrotóxicos. Ainda em 2010 o lucro dessas multinacionais foi de 7,3 bilhões de dólares, alcançando em 2011 o patamar de 8,2 bilhões de dólares. As empresas se apropriam do lucro e o Brasil fica com o custo social, ambiental e a contaminação (Folgado, 2014). Não é por acaso que, a cada ano, três milhões de pessoas são intoxicadas por agrotóxicos e mais de 220 mil vêm a óbito, o que corresponde a 660 mortes por dia, 25 mortes por hora (Gómez, 2012).

É neste panorama que a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), o INCA (Instituto Nacional de Câncer) e a ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva)

publicaram em 2013<sup>2</sup> uma nota intitulada: “Uma verdade cientificamente comprovada: Os agrotóxicos fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente”. Na nota, as instituições lembram as várias pesquisas já realizadas sobre o assunto, e negam se render às pressões de “setores interessados na venda de agrotóxicos”, convidando toda sociedade brasileira a se mobilizar frente à grave situação do país em face do uso massivo de agrotóxicos.

É sempre válido lembrar que existe outra maneira de se produzir, e que contraria o agronegócio da lógica capitalista. Essa alternativa é a agroecologia, que possui potencial para ser trabalhada em qualquer escala, com menor custo econômico, social, ambiental e humano, sendo um modelo de desenvolvimento agrário realmente sustentável e capaz de combater frontalmente o agronegócio, como defendem emblematicamente Machado e Machado Filho (2014), destacando as várias e múltiplas experiências práticas agroecológicas.

Os fertilizantes solúveis e agrotóxicos promovem uma iatrogenia – espécie de doença causada pelo remédio – e, por sua vez, desenvolvem uma ruptura da planta na sua relação com o predador natural, estimulando, assim, a presença de parasitas. É por isso que a agroecologia, respaldada teórica e praticamente em bases científicas, se baseia em três pilares fundamentais: a trofobiose, o ciclo gás etileno no solo e a transmutação dos elementos com baixa energia. Esses procedimentos irão favorecer a ação de micro-organismos no solo, fazendo com que plantas e animais sejam saudáveis e limpos, não necessitando o uso de agrotóxicos e fertilizantes de síntese química, como nos explicam Machado e Machado Filho (2014). É preciso lembrar que povos pré-históricos se alimentavam com mais de 1.500 espécies de plantas. Já há 150 anos, a humanidade passou a se alimentar com produtos de 3.000 espécies vegetais e, hoje, apenas 15 espécies correspondem a 90% dos alimentos vegetais, a saber: milho, trigo, soja e arroz, respondendo a 70% do consumo e da produção. Os desdobramentos da “revolução verde” e do atual “desenvolvimento sustentável” já apontam suas consequências e perversidades nos últimos 30 anos: aumento de 75% das emissões de carbono; desperdício de 1,3 bilhões de toneladas de alimentos; mais de um bilhão de pessoas desnutridas e mais de um bilhão de obesos; e uso de 70% da água consumida pela agricultura (Machado e Machado Filho, 2014).

É pela análise dessas contradições e perversidades que o método materialista histórico e dialético, desenvolvido por Marx e Engels, ainda se constitui em referencial de extrema importância para compreendermos a atual fase do capitalismo em seu processo de globalização, já que nos ajuda a entender a contradição primária entre capital e trabalho. O fetiche da mercadoria pode ser estendido

<sup>2</sup> Esta nota encontra-se disponível em: <<http://planetaorganico.com.br/site/index.php/nota-conjunta-contr-os-agrotoxicos/>> Acessado em setembro de 2014.

a partir da alienação do trabalho humano na sociedade capitalista, já que os próprios trabalhadores não se realizam no processo produtivo, veem diminuída a possibilidade de se humanizarem, pois na realidade, se desumanizam no trabalho sob o jugo do capital.

Em decorrência de toda perversidade e desigualdade estrutural do capitalismo, a ideologia dominante se torna imprescindível para obscurecer e “abafar” a exploração oriunda do trabalho alienado. Tal ideologia intenta convencer que é o capital que gera a riqueza material e imaterial socialmente produzida, e não o trabalho. O Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira já nos explicou essa inversão, de modo bem claro, em seu clássico *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. É neste contexto socialmente construído que se torna mais atual a máxima marxiana: “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes”, posto que “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.

Ocorre que, na contemporaneidade, o discurso do “respeito às diferenças” e da “diversidade” vem se destacando cada vez mais, em amplos e variados espaços, porém sem ser politizado a partir dos interesses da classe trabalhadora. É, sim, de fundamental importância, primar pela democracia e pela igualdade de manifestação de qualquer ordem. Contudo, numa sociedade marcada basicamente por uma desigual distribuição da riqueza produzida entre as classes sociais e uma desigual oportunidade de manifestar as diferenças, essas mesmas diferenças não serão capazes de serem expressas em pé de igualdade, isto é: numa sociedade de desiguais, a igualdade não passa de falácia! Numa sociedade da indiferença perante os diferentes, não passa de discurso a defesa das diferenças!

Lutar por uma sociedade em que as diversidades possam ser expressas sem retaliação de qualquer tipo é lutar por uma sociedade para além do capital. O desafio dos Sem Terra, Sem Teto, do Movimento dos Indígenas, do Movimento Negro e de todos aqueles comprometidos com a transformação, a partir da classe trabalhadora, na questão agrária é colocar suas pautas de reivindicação e embate no âmbito das lutas de classe... O capitalismo é irreformável e suas contradições entre as classes sociais são inconciliáveis, como o pensamento marxista há muito nos ensina. Dessa forma, precisamos entender a perspectiva idealista e a linha de orientação reformista no discurso das diversidades que não politiza essa temática em seu vínculo com o modo de produção capitalista e, assim, assumir uma postura revolucionária, que encara o desafio histórico de reflexão e atuação concreta na explicitação das contradições e na construção real de outra sociedade, pois é preciso lembrar com Lênin: “A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega”.

**Referências**

- CARCANHOLO, Reinaldo A. (org.). *Capital: essência e aparência – vol II*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP. 214 f. 2011.
- FOLGADO, Cleber A. R. *Agrotóxicos: Um problema invisibilizado*. Movimento dos Pequenos Agricultores –MPA, CLOC/VIA CAMPESINA, Brasília – DF: 2014.
- GÓMEZ Graciela C. Los agrotóxicos: el nuevo holocausto invisible. 2012. Disponível em: <<http://www.surysur.net/2012/12/los-agrotoxicos-el-nuevo-holocausto-invisible/>> Último acesso: Set. 2014.
- MACHADO, Luiz C. P. & MACHADO FILHO, Luiz, C.P. *Dialética da Agroecologia*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- STEDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **As Correntes Teóricas na Geografia Agrária Brasileira. (Uma contribuição à crítica teórica, sem a prioris)**. Terra Livre, v. 34, p. 35-52, 2011.

Recebido em 29 de outubro de 2014  
Aprovado em 16 de novembro de 2014